CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ATA N.º 19/2026

------- Ata da reunião ordinária realizada ao sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. ----------

------- Ao sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Flávio Miguel Tacanho, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, Odete da Graça David Ganilha Almeida, João Nuno Abrantes Cardoso, Nuno Manuel Matos Soares e Carla Sofia Monteiro Ramos Leitão. ----------

------- Pelas nove horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião. ----------

------- De conformidade com o artigo 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Ordem do Dia estabelecida para a presente reunião incluiu os seguintes assuntos: ----------

1. **Aprovação das Atas n.º 17/2026 e 18/2026**
2. **Intervenção do Público.**
3. **Período Antes da Ordem do Dia.**
4. **Ordem do Dia.**

4.1. Deliberação sobre a proposta de Protocolo de Cooperação entre o Município de Manteigas e a Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E..

4.2. Deliberação referente à submissão a aprovação da Assembleia Municipal da proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis – Aplicação da Taxa do IMI Familiar.

4.3. Deliberação acerca da minuta de Adesão à Declaração sobre a Defesa do Céu Noturno e o Direito à Luz das Estrelas, bem como da Declaração de Compromisso relativa ao Plano de Iluminação.

4.4. Deliberação sobre a hasta pública para locação de dois espaços, destinados a bar, no âmbito do Mercadinho de Outono - Manteigas 2026, sitos no Pavilhão Municipal, freguesia de São Pedro, Concelho de Manteigas.

4.5. Conhecimento dos atos praticados por delegação de competências.

4.6. Aprovação, em minuta, das deliberações, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

------- O Senhor Presidente abriu a sessão cumprimentando os membros do Executivo Municipal, os serviços de apoio administrativo e técnico, bem como os munícipes que acompanhavam a transmissão da reunião----------

1. Aprovação das atas n.º 17/2026 e n.º 18/2026. ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

------ Achada conforme, a Ata n.º 17/2026 (da reunião ordinária de 07-09-2026) foi aprovada por unanimidade dos presentes naquela reunião, dispensando-se as suas leituras, devido ao facto do respetivo texto ter sido previamente distribuído. A Senhora Vice-Presidente Odete Ganilha e a Senhora Vereadora Carla Leitão não participaram na votação da referida Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito, dando assim cumprimento ao disposto no n.º 3 do art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). ----------

------ Achada conforme, a Ata n.º 18/2026 (da reunião ordinária de 21-09-2026) foi aprovada por unanimidade dos presentes naquela reunião, dispensando-se as suas leituras, devido ao facto do respetivo texto ter sido previamente distribuído. O Senhor Presidente não participou na votação da referida Ata, uma vez que não esteve presente na reunião a que a mesma diz respeito, dando assim cumprimento ao disposto no n.º 3 do art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). ----------

2. Intervenção do Público. ----------

------ Verificando não haver inscrições de público para intervir, o Senhor Presidente deu por encerrado este ponto da ordem de trabalhos. ----------

3. Período Antes da Ordem do Dia. ----------

------ O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção, justificando a sua ausência na reunião anterior devido à sua participação numa missão institucional à Dinamarca, juntamente com os autarcas da Região das Beiras e Serra da Estrela, agradecendo à Senhora Vice-Presidente a condução dos trabalhos nessa sessão. Relatou que a visita permitiu conhecer boas práticas dinamarquesas em matéria de transição ecológica e eficiência económica, destacando os avanços na descarbonização da economia com forte crescimento do Produto Interno Bruto desde 1970, a aposta em energia eólica *offshore* e a transição para frotas elétricas. Destacou, com particular relevância para a atual discussão sobre a gestão de resíduos na Região Centro de Portugal, a visita a uma central de incineração moderna e integrada urbanisticamente em Copenhaga, que alia a recolha seletiva diferenciada à valorização energética e ao lazer. Mencionou ainda os contactos tidos com a associação de municípios dinamarqueses e com organismos governamentais, onde tomou contacto com a reforma administrativa local daquele país e com as políticas transversais de sustentabilidade e bem-estar animal. ----------

------ Seguidamente, informou sobre a assinatura do Contrato do Programa "Territórios Resilientes" pela Senhora Vice-Presidente, no valor de cento e cinquenta mil euros (150.000€), e sobre a celebração de um protocolo entre a APAL – SIM - Águas Públicas em Altitude e a Agência para o Clima, que garante um financiamento inicial de um milhão de euros (1.000.000€), integrado numa candidatura global de quatro milhões de euros (4.000.000€). ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

------- Deu ainda nota da sua presença no Conselho de Ministros realizado na Guarda, no âmbito do qual o Município recebeu um novo trator para prevenção de incêndios e silvicultura preventiva, financiado através da renegociação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). ----------

------- Ainda na sua intervenção, o Senhor Presidente aproveitou para felicitar o Grupo BTT de Manteigas pela organização da 6.ª etapa da Taça de Portugal de XCM, embora tenha manifestado preocupação com a redução do número de atletas participantes, assinalou o início do ano letivo na Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas e mencionou a realização da Assembleia Municipal. ----------

------- Mais informou que reuniria nessa tarde com o Instituo da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P (CCDR) para definir a solução técnica e o projeto de execução para os cem metros finais (100m) da Estrada de Campo Romão. ----------

------- O Senhor Presidente reportou, ainda, os efeitos do recente episódio de chuva intensa e trovoada que afetou o Concelho de forma muito localizada. Informou que, apesar da grande intensidade da precipitação, não se registaram estragos graves. Detalhou que o Pavilhão Municipal foi o equipamento público mais afetado com infiltrações, registando-se ainda danos na Casa da Árvore — edifício com cerca de vinte anos que necessita de uma intervenção de fundo na cobertura, estando os Serviços a projetar a sua remodelação e ampliação. ----------

-------Referiu também a ocorrência de infiltrações ligeiras no Auditório Municipal, o levantamento de tampas de saneamento e águas pluviais devido à pressão da água, cedências pontuais em calçadas e a acumulação de lamas em Sameiro e Vale de Amoreira, situações que se encontram em resolução. ----------

------- Após os cumprimentos iniciais, a Senhora Vereadora Carla Leitão associou as chuvas torrenciais do último episódio meteorológico severo às alterações climáticas e à orografia do Concelho. Tal como o Senhor Presidente, também a Senhora Vereadora Carla Leitão manifestou um profundo agradecimento aos particulares e a todas as forças operacionais, de socorro e serviços municipais pelo esforço e prontidão na resposta às ocorrências mais urgentes. ----------

------- O Senhor Presidente sublinhou que os trabalhos preventivos de desentupimento de sarjetas e grelhas tinham sido realizados antes das chuvas, assumindo a responsabilidade por qualquer falha e apelando a que não se desmotivem os trabalhadores que estiveram mobilizados. Lamentou a perda do hábito cívico de colaboração e manutenção do espaço em frente às habitações, criticando de forma construtiva a postura de cidadãos que optam por reportar visualmente

pequenas obstruções de fácil resolução individual, o que sobrecarrega os serviços municipais de forma ineficiente.----------

------ Este responsável revelou ainda que a precipitação causou infiltrações em habitações antigas, evidenciando debilidades habitacionais, e num estabelecimento comercial, situações que foram prontamente resolvidas. Por fim, informou ter optado por não prestar declarações à comunicação social para evitar alarmismos desnecessários e salvaguardar a atividade turística e hoteleira do Concelho, que registava uma elevada taxa de ocupação para aquele fim de semana prolongado, concluindo com um alerta para a necessidade de manter a eficácia na resposta municipal perante a previsível recorrência de novos fenómenos meteorológicos adversos.--------

------ *Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente declarou o Período Antes da Ordem* do Dia encerrado.----------

---------- **Ordem do Dia**----------

Deliberação sobre a proposta de Protocolo de Cooperação entre o Município de Manteigas e a Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.. ----------

------ Foi presente, para deliberação, a proposta de Protocolo de Cooperação supramencionada.

------ O Senhor Presidente apresentou para discussão a proposta de protocolo com a Unidade Local de Saúde (ULS) da Guarda, que visa atribuir um incentivo financeiro de mil euros (1.000€) para atrair médicos de família para o Concelho de Manteigas. Apesar de se manifestar conceptualmente contra a concorrência financeira e o "leilão" de incentivos entre municípios, sublinhou que a medida é necessária para que Manteigas não perca capacidade de atração, dadas as suas limitações orçamentais e a distância geográfica. Com o intuito de melhorar o documento antes da versão final, sugeriu alargar este incentivo financeiro aos médicos internos, articulando a medida com o esforço em curso para tornar Manteigas um centro idóneo de formação, o que permitiria fixar clínicos em início de carreira durante os quatro anos de internato. Adicionalmente, propôs criar uma majoração ou pontuação adicional para médicos nas candidaturas às catorze (14) habitações municipais disponíveis, identificando o acesso ao alojamento como um fator diferenciador e crucial para a fixação destes profissionais no concelho, abrindo de seguida a palavra ao Executivo para debate. ----------

------ O Senhor Vereador Nuno Soares, após os cumprimentos habituais, manifestou total alinhamento com a posição do Senhor Presidente, declarando que votará favoravelmente a proposta de Protocolo. Criticou o facto de as autarquias se estarem a substituir ao Governo na resolução de um problema estrutural do Serviço Nacional de Saúde (SNS), lamentando a necessidade de ceder à circunstância de um "leilão" de incentivos entre municípios, no qual Manteigas parte em desvantagem devido ao orçamento e à interioridade geográfica. Subscreveu

as duas alterações propostas pelo Senhor Presidente, classificando como muito apelativo o incentivo financeiro para os médicos internos em início de carreira e anuindo na atribuição de majoração no acesso à habitação municipal para fixar estes profissionais, comparando esta necessidade ao antigo modelo das casas de função. ----------

------- O Senhor Presidente congratulou-se com a convergência de opiniões e reiterou as vantagens de Manteigas se tornar centro idóneo de formação, permitindo atrair jovens médicos, inclusive naturais do Concelho. Contudo, manifestou dúvidas operacionais sobre a articulação temporal entre o concurso de atribuição das habitações municipais, previsto para outubro, e a formalização do estatuto de centro de formação. Esclareceu ainda que a proposta visa apenas criar uma majoração por pontos no concurso e não uma cedência direta.----------

------- A Senhora Vereadora Carla Leitão manifestou reservas quanto à priorização de profissionais de saúde em detrimento da população local com necessidades habitacionais. Defendeu que o acesso de médicos aos fogos municipais só deverá ser equacionado mediante a existência de habitações sobrantes, após estarem garantidas as condições aos munícipes, solicitando o envio do regulamento e do sistema de pontos para análise detalhada. ----------

------- O Senhor Vereador João Cardoso, após os cumprimentos iniciais, corroborou a visão de que a crise na saúde é um problema estrutural complexo do país, deixando as autarquias sem alternativas práticas e "reféns" de um "leilão" de incentivos ineficaz, pelo que não se oporia ao Protocolo devido à carência de médicos. Relativamente à habitação, advertiu que a majoração proposta pode colidir com o fim social para o qual as casas foram construídas, prejudicando famílias carenciadas em favor de colocações que podem ser temporárias. Em alternativa, sugeriu a criação de uma residência específica gerida pelo Município com o propósito exclusivo de alojar os jovens médicos integrados no programa. ----------

------- A Senhora Vice-Presidente, após os cumprimentos habituais, manifestou-se contra a majoração dos médicos internos no acesso à habitação a custos controlados, considerando que a medida desvirtua o objetivo social dos fogos face à carência habitacional dos munícipes, e sugeriu como alternativa futura a aquisição e reabilitação de imóveis pela autarquia para esse fim específico. No plano técnico do protocolo, questionou se o montante de mil euros (1.000€) incluía encargos sociais, tendo o Senhor Presidente, após retificação por parte do gabinete jurídico, esclarecido e corrigido que o valor a atribuir será de mil euros líquidos mensais transferidos para a conta do médico, assumindo o município os respetivos impostos e encargos legais a pedido da ULS. Alertou ainda para a necessidade de corrigir a redação do artigo relativo à produção de efeitos, de modo a abranger explicitamente as unidades de cuidados personalizados e não apenas

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

o Serviço de Atendimento Complementar, lapso que o Senhor Presidente confirmou que seria retificado. ----------

------ Ainda no decorrer da análise deste ponto, a Senhora Vereadora Carla Leitão sugeriu a uniformização dos incentivos entre os vários municípios para evitar a concorrência na atração de médicos, proposta que o Senhor Presidente referiu já ter sido tentada sem sucesso na Comunidade Intermunicipal (CIMRBSE), uma vez que os autarcas acabam por ceder às pressões locais. ----------

------ Relativamente à habitação, o Senhor Presidente esclareceu que as casas de custos controlados exigem capacidade financeira dos candidatos para o pagamento de rendas, que variarão entre os duzentos (200) e os quinhentos (500) euros, destinando-se exclusivamente a residentes e excluindo cidadãos com rendimentos elevados. ----------

------ O Senhor Presidente reiterou o esforço conjunto com a ULS e com a nova coordenadora do Centro de Saúde, Doutora Diana, para obter a idoneidade formativa para o concelho o mais breve possível, permitindo acolher médicos internos já nas próximas fases de colocação. ----------

------ Após o debate, o Executivo consensualizou manter a proposta de majoração por pontos para os médicos internos no concurso de habitação a custos controlados, clarificando que a medida não garante uma atribuição direta nem exclui os munícipes. O Senhor Presidente sublinhou a importância de desenhar uma matriz de concurso em articulação com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU) que valorize também critérios locais, como a fixação de famílias com crianças nas escolas. ----------

------ Face a tudo isto, o Senhor Presidente sugeriu não deliberar o documento nesta sessão. O Protocolo será reformulado com as alterações e correções técnicas discutidas e voltará a ser submetido a aprovação final na próxima reunião de Câmara. ----------

Deliberação referente à submissão a aprovação da Assembleia Municipal da proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis – Aplicação da Taxa do IMI Familiar. ----------

------ Foi presente, para deliberação, a submissão a aprovação da Assembleia Municipal da proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis – Aplicação da Taxa do IMI Familiar. ----------

------ O Senhor Presidente alertou para o facto de a política de abdicação de receitas fiscais, como a devolução dos 5% do IRS, prejudicar os municípios na futura revisão da Lei das Finanças Locais, servindo de argumento ao Governo contra o aumento de transferências financeiras. Sublinhou que esta isenção é socialmente regressiva, pois não apoia quem não desconta e poupa apenas valores residuais ao salário médio, beneficiando sobretudo os 10% da população com rendimentos mais

elevados. Em termos prospetivos, propôs a ponderação de um futuro acordo de regime que reduza esta devolução para, por exemplo, 2,5%, canalizando a receita gerada (cerca de 100.000 euros) para investimentos estruturais que beneficiem toda a comunidade, como a criação de uma residência para atração de médicos. ----------

-------O Senhor Vereador Nuno Soares concordou com a reflexão, frisando que a devolução dos 5% do IRS se transformou num leilão de competitividade territorial ineficaz entre municípios, motivada pelas elevadas taxas nacionais e pelas falhas nos serviços do Estado central, como na saúde. Defendeu que estaria disponível para prescindir deste benefício se a nova Lei das Finanças Locais garantisse uma verdadeira coesão e equidade territorial, através de mecanismos que compensem as especificidades e os custos acrescidos dos territórios de baixa densidade, como o isolamento e o clima. ----------

-------O Senhor Presidente corroborou integralmente a necessidade de o fator de coesão estar presente na nova lei para corrigir as assimetrias face aos grandes centros urbanos, que beneficiam diretamente dos investimentos do Orçamento do Estado. ----------

------- Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supramencionada, bem como a sua remessa à Assembleia Municipal. ----------

Deliberação acerca da minuta de Adesão à Declaração sobre a Defesa do Céu Noturno e o Direito à Luz das Estrelas, bem como da Declaração de Compromisso relativa ao Plano de Iluminação. ----------

------- Foi presente, para deliberação, a minuta de Adesão à Declaração sobre a Defesa do Céu Noturno e o Direito à Luz das Estrelas, bem como da Declaração de Compromisso relativa ao Plano de Iluminação. ----------

------- No enquadramento deste ponto, o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para contextualizar a proposta, esclarecendo os contornos do processo de certificação do Concelho como destino "Starlight" para afastar interpretações incorretas sobre o assunto. Relembrou que esta intenção surgiu há cerca de dois anos, motivada pelo interesse de vários munícipes no potencial do turismo astronómico na região. Explicou que, em 2024, o Município contratou uma auditoria inicial à empresa *Dark Sky* (responsável pelos destinos Alqueva e Pampilhosa), que numa escala de zero a quinze registou um nível de luminosidade fixado em quatro na quase totalidade do concelho, demonstrando viabilidade técnica para a obtenção da certificação junto da Fundação Starlight. ----------

------- Contudo, a Autarquia optou por suspender temporariamente a candidatura para aguardar a conclusão do contrato de substituição integral da iluminação pública por tecnologia LED, herdado

do mandato de 2020/2021 e cuja execução terminou em 2025. O Senhor Presidente sublinhou que, embora a nova luz seja mais clara (situando-se entre os 3.000 e os 4.000 lúmens), a auditoria em curso revela agora resultados ainda melhores para a observação do céu noturno. Isto deve-se ao facto de as novas luminárias direcionarem o fluxo luminoso exclusivamente para o solo, ao contrário das antigas lanternas que espraiavam a luz em todas as direções, reduzindo assim drasticamente a poluição luminosa vertical visível a partir de pontos altos como o Fragão do Corvo. Mais informou que, após dois a três anos de esforço para reverter o referido contrato de iluminação — o que se revelou financeiramente inviável devido a indemnizações exigidas na ordem do meio milhão de euros —, o Executivo conseguiu renegociar o documento para expandir o sistema de telegestão de duzentas (200) luminárias para a totalidade dos três mil (3.000) postes do Concelho. Esta tecnologia permite, através de uma aplicação de telemóvel, regular e reduzir remotamente a intensidade luminosa para cerca de 20% ou proceder ao desligamento programado em locais específicos a partir de determinada hora (como nas Penhas Douradas, Covão da Ponte, Ski Park ou Cabecinho), assegurando o equilíbrio necessário entre a preservação ambiental, a poupança energética e a segurança rodoviária e pública dos munícipes.----------

------ O Senhor Presidente enfatizou que a Minuta de Adesão em apreço é uma declaração de compromisso institucional com os princípios de defesa do céu noturno, tendo em vista a obtenção de um selo de qualidade que potencie o negócio de empresas de astronomia e a venda de produtos turísticos diferenciados. ----------

------ A fechar a sua intervenção, partilhou ainda a ideia de, no futuro, reunir com o Ministério da Administração Interna ou da Defesa para estudar a viabilidade de instalar cúpulas de observação astronómica nos postos de vigia geridos pela Guarda Nacional Republicana (GNR), rentabilizando estas infraestruturas durante os nove meses do ano em que se encontram desativadas (entre 15 de outubro e 1 de junho) de modo a articular esta dupla função, rentabilizando o património sem comprometer a vigilância de fogos, com o objetivo de potenciar a atividade de empresas de turismo astronómico no âmbito da candidatura a destino "Starlight".----------

------ Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Adesão à Declaração sobre a Defesa do Céu Noturno e o Direito à Luz das Estrelas, bem como da Declaração de Compromisso relativa ao Plano de Iluminação. ----------

Deliberação sobre a hasta pública para locação de dois espaços, destinados a bar, no âmbito do Mercadinho de Outono - Manteigas 2026, sitos no Pavilhão Municipal, freguesia de São Pedro, Concelho de Manteigas. ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

------- Foi presente, para deliberação, a proposta de hasta pública para locação de dois espaços, destinados a bar, no âmbito do Mercadinho de Outono - Manteigas 2026, sitos no Pavilhão Municipal, freguesia de São Pedro, Concelho de Manteigas o compromisso plurianual supramencionado. ----------

------- Neste ponto, o Senhor Presidente explicou que esta proposta de edital de hasta pública foi elaborada pelos serviços municipais com base nos moldes habituais. Informou que, por motivos logísticos, bem como para evitar a sobreposição com os feriados do início do mês e com iniciativas privadas associadas às festividades de Halloween, o certame realizar-se-á nos dias 6, 7 e 8 de novembro, em vez das datas inicialmente previstas de 30 e 31 de outubro e 1 de novembro. -----

------- Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de hasta pública supramencionada. ----------

Conhecimento dos atos praticados por delegação de competências. ----------

------- Foi presente, para conhecimento, os atos praticados por delegação de competências. ------

------- A Câmara Municipal tomou conhecimento dos atos praticados por delegação de competências. ----------

Aprovação, em minuta, das deliberações, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

-------A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar, em minuta, a deliberação tomada do ponto 4.2. ao ponto 4.4. inclusive. para produção de efeitos imediatos.----

Finanças Municipais. ----------

-------Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia um de outubro de dois mil e vinte e seis, que evidencia um saldo em dinheiro no montante de quatro milhões e um mil, quatrocentos e sessenta e três euros (4.001.463,00€). ----------

-------O Senhor Presidente declarou os trabalhos encerrados, reconhecendo a extensão do debate e agradecendo a presença e o contributo de todos os Senhores Vereadores. ----------

-------No que concerne ao calendário dos trabalhos futuros, o Senhor Presidente relembrou que o mês de novembro será dedicado à discussão do Orçamento Municipal, mantendo-se o princípio de consensualização anterior: efetuar a apresentação do documento numa primeira reunião e a respetiva votação na sessão seguinte. Admitiu a forte probabilidade de ser necessária a convocação de uma reunião extraordinária especificamente dedicada à matéria orçamental, o que elevará para três o número de sessões calendarizadas para o próximo mês, em linha com a prática dos anos anteriores. ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

------ A terminar, o Senhor Presidente despediu-se dos munícipes que acompanhavam a transmissão digital, desejando uma boa semana a todos e manifestando o desejo de que o episódio de instabilidade meteorológica severa cesse rapidamente, dando lugar a uma precipitação regular e segura para o território. ----------

------ E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das 11 horas e 15 minutos do dia seis de outubro de dois mil e vinte e seis, foi declarado, pelo Senhor Presidente, o encerramento da presente reunião.----------

------ Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Vereadores presentes, e por mim, Ferreira Paula Alexandra Alves Cardoso Ferreira, Técnico Superior, que a redigi.----------